



# a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco  
ANO 143 NÚMERO 3096 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA  
NOVEMBRO 2021 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



## ENTREVISTA Miguel Dores

Cerca de 800 espetadores esgotaram o São Jorge para assistir ao filme "Alcindo", sobre o assassinato de Alcindo Monteiro por neonazis em 10 de junho de 1995. O realizador Miguel Dores assina o documentário, um trabalho que pretende falar do racismo no presente através do passado. **págs. 8 e 9**



CHUMBO OE

## A história de uma rutura

O chumbo da proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2022 não aconteceu por geração espontânea. A relação do governo com os partidos de esquerda nos últimos seis anos é uma história de avanços mas tam-

bém de desencontros e de compromissos do PS com os grandes grupos económicos e Bruxelas. De costas voltadas para o diálogo, o executivo conduziu o país a este desenlace. **págs. 6 e 7**



## 'Manif' nacional em Lisboa

A CGTP convocou uma manifestação nacional a realizar em Lisboa, em 20 de novembro, pelo aumento geral dos salários, a erradicação da precariedade, a redução do horário de trabalho e em defesa da contratação coletiva. A decisão foi tomada pelo Conselho Nacional que teve em conta "o crescendo das lutas em todos os setores". **pág. 13**



## Subir Lisboa de bicicleta

Oitenta anos após a primeira subida, a população saiu à rua para ver passar as bicicletas. O Mirantense e "O Relâmpago" decidiram recuperar a histórica prova de ciclismo de bairro e mais de 60 ciclistas treparam o íngreme Vale de Santo António numa prova em que o associativismo foi o protagonista. **pág. 11**



## A VOZ DO OPERÁRIO O Jazz tem voz

A Graça voltou a ser o palco para o jazz pela mão da produtora Clave na Mão em conjunto com A Voz do Operário. Foram vários dias na rua, ao ar livre, e também no salão de festas desta histórica instituição de Lisboa. **pág. 3**



## Violência fascista na Europa

Os ataques da extrema-direita em Itália e na Grécia voltaram a deixar os movimentos sociais e os partidos de esquerda em alerta. Em Roma, militantes de extrema-direita e anti-vacinas invadiram e atacaram a sede da central sindical CGIL, em Tessalónica, neonazis atacaram jovens comunistas. **pág. 14**



## Atividade em curso e Plano para 2022

**Manuel Figueiredo,**  
 Presidente da Direção

Ultrapassada boa parte das medidas de contingência com vista ao combate à pandemia, aos poucos a vida associativa vai-se desenvolvendo n'A Voz do Operário com quase total normalidade, acompanhando assim a atividade educativa que há muito havia regressado ao desenvolvimento regular, bem como a atividade social, que sempre foi desenvolvida em pleno.

Foi já possível concretizar iniciativas de abertura do ano letivo com a participação dos pais, onde apresentámos o projeto Educativo d'A Voz do Operário, caracterizado pela aprendizagem dialogada, como uma concretização das propostas pedagógicas em associação como o Movimento da Escola Moderna.

Tivemos uma boa procura nos nossos sete equipamentos educativos, que ficaram praticamente lotados, tendo mesmo sido abertas novas salas em situações pontuais. Como sabem, foi-nos atribuída pela Câmara Municipal de Lisboa a gestão de mais dois equipamentos educativos, um na Madre de Deus e outro no Parque das Nações, os quais ainda não se encontram concluídos, faltando igualmente contratualizar a sua cedência por parte do Município bem como proceder ao acordo de cooperação com a Segurança Social, pelo que só então estaremos em condições de abrir estes novos equipamentos educativos.

Na área social, o apoio domiciliário e o refeitório social prosseguem a sua atividade, ao mesmo tempo que continua a ser facultada a refeição nas suas residências aos utentes do Centro de Convívio. Por outro lado, estamos também à fornecer mais de 400 refeições diárias de acordo com o protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa no âmbito da resposta social de emergência alimentar.

Os nossos espaços voltam a ser utilizados com múltiplas iniciativas de índole cultural ou outro, tanto por iniciativa d'A Voz do Operário, como de outras entidades que procuram os nossos espaços para aí desenvolverem as suas atividades. De entre as múltiplas iniciativas, salientamos a realização de mais uma edição do festival "O Jazz tem Voz", organizado pela Clave na Mão em parceria com A Voz do Operário, que decorreu nos passados dias 9 e 10 de outubro ao ar li-

vre no Largo Santa Marinha e nos dias, 15,16 e 17 no nosso Salão de Festas.

No próximo dia 7 de novembro, teremos mais um momento alto na programação cultural da nossa Instituição, com a realização da 5ª Gala de Fado Voz do Operário, mais uma vez com um elenco de luxo onde iremos premiar artistas de reconhecido valor, com uma íntima ligação ao Fado e à Voz do Operário, dando assim continuidade ao elevado êxito e prestígio alcançado com a realização das anteriores Galas.

Sempre existiu uma forte ligação da Voz do Operário ao Fado, bem espelhada na revista "O Fado n'A Voz" que publicámos em 2017, em que inúmeras foram as personalidades que ajudaram a manter viva esta atividade, através de sessões de Fado n'A Voz do Operário, ao mesmo tempo que o nosso Jornal tem sido um espaço aberto para muitos autores aí registarem os seus poemas, defendendo o Fado enquanto expressão cultural das classes trabalhadoras.

A 19 de novembro, teremos nas nossas instalações uma nova edição do Festival de Flamengo.

Está convocada a Assembleia Geral para o próximo dia 18 de novembro, para a qual apelamos à participação dos sócios, onde será apreciado o Plano de Atividades e Orçamento para 2022 o qual prossegue a linha de rigor, por forma garantir a sustentabilidade económica d'A Voz do Operário, designadamente atendendo aos novos desafios que nos estão lançados, apostando no incremento das atividades letivas e sociais com a manutenção da elevada qualidade do serviço prestado, valorizando e rentabilizando o património, prosseguindo a publicação regular do Jornal, mantendo atualizados os nossos sites e a divulgação nas redes sociais, promovendo iniciativas culturais diversificadas e participando ativamente no movimento associativo.

Celebraremos o nosso 138º aniversário e participaremos nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, bem como nas Festas de Lisboa, que esperamos já se possam realizar em toda a plenitude, retomando os desfiles da nossa marcha infantil e os arraiais populares.

Prosseguimos o projeto da Voz do Operário cumprindo os desígnios dos seus fundadores, e de muitas gerações de dirigentes, sócios e amigos, que sempre colocaram A Voz do Operário na linha avançada em prol dos trabalhadores.

## EDITORIAL

### Esperança em construção

Parece cada vez mais claro que há uma narrativa para culpabilizar os partidos à esquerda do PS pelo chumbo do Orçamento do Estado para 2022. O facto é que o governo não só mostrou pouca vontade de negociar como lançou informações falsas sobre as conversações na comunicação social. Disso é exemplo a negociação com o PCP sobre o salário mínimo. O presidente do PS, Carlos César, e o secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro, Tiago Antunes, vieram dizer que o PCP tinha exigido, sem cedências, a subida do salário mínimo para 850 euros já em janeiro, quando na verdade, como revelaram os comunistas, aceitaram 705 euros no início do ano e apenas 800 euros no final de 2022.

Comportando-se como se tivesse maioria absoluta e esticando a corda ao máximo, o PS sabia que tornava impossível a aprovação da proposta com este desfecho. Se agora aponta o dedo ao BE, PCP e Verdes, acusando-os de favorecer a direita, a verdade é que, na esmagadora maioria das vezes, é com a direita que o PS se entende na Assembleia da República. Aliás, em quase cinco décadas, o único período em que não agravou de forma significativa a vida dos trabalhadores foi nos últimos seis anos e precisamente por estar condicionado pelos partidos à sua esquerda. A gula do PS de António Costa é a de aceder à maioria absoluta para se libertar da esquerda e governar à margem dos interesses dos trabalhadores. Foi sempre assim. Com o carimbo do PS, o país aprendeu o que são recibos verdes, chamou duas vezes o FMI, conduziu privatizações de grandes empresas públicas como a EDP, viabilizou as propinas, reformas laborais que pioraram as condições de trabalho.

BE, PCP e Verdes não exigiram enormidades. Propuseram importantes avanços que se traduziriam em importantes melhorias na vida dos trabalhadores e da população. Não pediram eleições, nem a queda do governo, apenas que no Orçamento e fora dele se usasse o atual equilíbrio de forças deste quadro político para inverter as políticas de direita das últimas décadas.

Independentemente do que o futuro próximo nos reserve, sabemos que é a força de todos, a luta de quem trabalha, que pode construir um futuro diferente. É essa força o combustível deste incêndio que se chama esperança.

## a Voz do Operário

**PROPRIEDADE E EDIÇÃO** SIB A Voz do Operário  
 Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
 Telefone: 218 862 155. E-mail: [jornal@vozoperario.pt](mailto:jornal@vozoperario.pt)  
**DIRETOR** Domingos Lobo  
**REDAÇÃO PRINCIPAL** Bruno Amaral de Carvalho  
**DESIGN E PAGINAÇÃO** Ana Ambrósio, Diogo Jorge  
**FOTOGRAFIA** Nuno Agostinho  
**COLABORADORES** Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Luís Carvalho, Manuel Figueiredo, Margarida Brissos, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais  
**REDAÇÃO** Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
**IMPRESSÃO** Empresa Gráfica Funchalense, SA  
 Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,  
 n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro  
**N.º DE REGISTO NA ERC** 107759  
**DEPÓSITO LEGAL** 6394/84  
**PERIODICIDADE** Mensal  
**TIRAGEM** 3.500 exemplares  
**ESTATUTO EDITORIAL** [www.vozoperario.pt](http://www.vozoperario.pt)



Membro da  
 Associação da  
 Imprensa  
 Não-Diária



Associação  
 Portuguesa  
 da Imprensa  
 Regional





## JAZZ



Foto de Nuno Agostinho

O festival realizou a sua segunda edição.

# O jazz voltou a ter voz n'A Voz do Operário

Márcia Lessa  
Sérgio Machado Letria

O segundo e o terceiro fim-de-semana do mês de outubro voltaram a levar à Graça, em Lisboa, e à Voz do Operário muito do que de melhor se faz no jazz em Portugal. Organizado pela produtora Clave na Mão, esta segunda edição do Festival O Jazz tem Voz! contou com a parceria d'A Voz do Operário, tal como já tinha acontecido na primeira edição, e com o apoio do Garantir Cultura e da Câmara Municipal de Lisboa.

A ideia de criar um Festival de Jazz nesta zona da cidade de Lisboa surgiu em pleno período pandémico, numa altura em que se assistia em Portugal, e um pouco por todo o mundo, a uma dramática situação para todos os que fazem da Cultura o seu trabalho. Com as agendas tomadas pela palavra "adiado" ou "cancelado", verificando-se que muitas das vezes o adiamento significava um verdadeiro cancelamento, técnicos, músicos, actores, bailarinos viram-se de um dia para o outro sem meios para, muitas vezes, fazerem frente às despesas básicas da sua vida, e sem apoios formais e permanentes, confirmando o desrespeito a que tantas vezes se vêm votados pelo poder político.

Perante este quadro, e com o apoio do Fundo de Emergência Social da Câmara Municipal de Lisboa, a Clave na Mão apresentou um projecto de levar à Voz do Operário, parceira desde o primeiro momento, um festival de jazz que desse trabalho a técnicos e mú-

sicos, e que levasse a este lado da cidade um programa de uma área cultural que ocupa habitualmente outras geografias da capital portuguesa. Realizada a primeira edição, foi no último dia de concertos que se traçou aquele que viria a ser o programa desta segunda edição.

Sentados no fundo da sala da Voz do Operário, com o César Cardoso Ensemble em palco, fomos atirando e devolvendo nomes, um ao outro, nomes que sonhávamos ver pisar aquele mesmo palco.

Músicos que fazem parte das nossas vidas, das nossas diferentes vivências. O primeiro foi o da OJM. "Uma Orquestra ali seria incrível", dizíamos. "E se falássemos com a OJM e o João Paulo Esteves da Silva para nos trazerem o seu *Bela Senão Sem?*" E assim foi.

Depois veio o Trio do Mário Laginha. E se era para sonhar, então teria que trazer a Maria João. E assim foi.

Para terminar, queríamos alguém que retratasse esta geração mais nova de músicos em Portugal, que tanto talento tem demonstrado. E assim se transformou o palco d'A Voz em Duplex, com o saxofone de Ricardo Toscano e o acordeão de João Barradas.

Ficava completa a programação para os 3 dias centrais de Festival. Meses depois recebemos a resposta positiva à candidatura ao apoio do Garantir Cultura e percebemos que havia margem para fazer mais, apoiar mais músicos e técnicos, alargar a programação e tornar o Festival mais inclusivo e acessível.

Levámos então O Jazz tem Voz! para a rua, ao encontro das pessoas do Bairro da Graça e de quem mais se quisesse juntar, e voltámos ao Largo de Santa Marinha para dois concertos gratuitos, ao ar livre,

no fim de semana que antecedeu os 3 dias de Festival no Salão d'A Voz do Operário.

Não podíamos deixar de chamar para este palco o disco *Two Maybe More*, do Pedro Moreira Sax Ensemble, com os seus 8 saxofones, bateria e contrabaixo, que teve edição este ano pela editora Robalo, tal como não podíamos ficar indiferentes ao último disco do trio da Paula Sousa, Beatriz Nunes e André Rosinha, que conta com o belo e tão actual título *À Espera do Futuro*, esse que todos esperávamos no último ano e meio.

Marca da Clave na Mão, que tem a criação de públicos como ponto central, não resistimos também a "pinçar" as manhãs do fim de semana nuclear do Festival com uma programação direccionada para o público mais jovem. Chamámos então a Isabel Rato e o seu quinteto para um concerto pedagógico sobre Jazz e ainda a Orquestra Gerajazz, nascida no seio da Orquestra Geração, projeto centrado na ação e desenvolvimento social através da música, que se inspira no Sistema de «Orquestras Infantis e Juveniles» da Venezuela. E, à semelhança da edição de 2020, voltámos a convidar um ilustrador para criar a imagem do Festival e para trabalhar com os alunos d'A Voz. A belíssima imagem criada pelo Bernardo P. Carvalho - Planeta Tangerina e os ecos que nos chegaram de alunos e professores, a quem agradecemos a alegria com que nos acolhem, confirmou o acerto da escolha.

Terminado o segundo O Jazz tem Voz!, o balanço que fazemos é muito positivo e dá-nos força para pensar que este Festival, com as suas marcas distintivas, com o apoio incansável d'A Voz do Operário, está a ganhar o seu espaço no panorama cultural e a criar raízes junto de músicos e do público. Para 2022 está já pensada a terceira edição, sujeita, claro, à «ditadura» do financiamento, essa que estrangula tantos e tantos projectos de qualidade.

Esperamos ver-vos pela Voz em 2022. Até já!

INSTITUCIONAL

**MIGUEL VARGAS**  
"DESDE MIS ENTRAÑAS"  
TOQUE PRIMITIVO. BELO, FLAMENCO QUE EMOCIONA.

**A VOZ DO OPERÁRIO**  
19 NOVEMBRO 2021 | 21H30

**ARTISTAS CONVIDADOS:**  
JUAN VARGAS - GUITARRA  
DAVID CASTRO - CANTE  
NÚRIA CLAVERIA - CANTE  
MORITO SUERO - PERCUSSÃO  
JOSÉ JIMÉNEZ - BAJO  
ROSA ESCOBAR - VIOLA

**Entradas gratuitas para sócios d'A Voz do Operário SOB RESERVA**



# João Black, poeta e fadista operário - autor do hino do jornal A Batalha

No primeiro quartel do século XX floresceu em Lisboa o fado operário como canção de intervenção. Expressou sentimentos de revolta contra a miséria e a desigualdade social. Almejou por revolução e uma sociedade mais justa.

Entre os seus nomes mais marcantes esteve João Salustiano Monteiro, mais conhecido como João Black. Nascido em Almada em 1872, radicou-se em Lisboa, onde faleceu em 1955. Chegou a ser apontado como “o mais primoroso de todos os poetas e de todos os cantadores do seu tempo” [*Canção Nacional*, 17 de Dezembro de 1927, pág.1].

Num tempo em que, segundo o “historiógrafo” César Nogueira, esta canção “se cantava por cultura e espírito de animar reuniões ou de prestar auxílio fraterno e não era cantada em recintos reservados e luxuosos, onde se paga um tanto por cabeça”. João Black “cultivou o fado, esse antigo fado do povo, mas na poesia lírica é que mais sobressaiu, defendendo as vítimas das injustiças sociais” [*República*, 16 de Dezembro de 1960, pág.9].

João Black foi um homem especialmente ligado à *A Voz do Operário*. Aqui estudou. E aqui trabalhou muitos anos, primeiro como tipógrafo, mais tarde como bibliotecário e administrativo. Isto para além de ter colaborado neste jornal ao longo de quase meio século.

Dedicou-se ainda a várias organizações próprias que os funcionários da *A Voz do Operário* já tiveram: desde uma associação mutualista a uma cooperativa de consumo, passando pelo efémero Sindicato do Pessoal da Sociedade *A Voz do Operário*, fundado meses antes da ditadura de Salazar decretar a dissolução forçada dos sindicatos livres, em 1933.

Black escreveu vários poemas de homenagem à *A Voz do Operário*. Um deles é a quadra que está gravada em painel de azulejo numa parede do refeitório escolar desta sociedade.



João Black (foto: A Canção de Portugal)

“De tendência socialista”, João Black “deixava transparecer, em tudo quanto escrevia, as suas preocupações tanto de carácter social como educativo”, recordaria um sindicalista seu contemporâneo [Alexandre Vieira (1959), *Figuras gradas do movimento social português*, p.12].

Mas Black não se ficou apenas pelo que escreveu e cantou. Salientou-se também pela sua acção no movimento sindical ainda durante a monarquia. Em 1906 foi eleito dirigente da Associação de Classe dos Compositores Tipográficos.

Pela mesma altura, dedicou-se ao associativismo po-

pular, sendo presidente da direcção de uma colectividade de Alfama, a “Sociedade Boa União”.

Em 1914, já sob a 1ª República, foi um dos fundadores e primeiros dirigentes da central sindical União Operária Nacional, depois denominada Confederação Geral do Trabalho (CGT).

A nível político, Black tornou-se militante do antigo Partido Socialista Português, chegando a ser membro suplente do seu conselho central. E por este partido foi autarca entre 1913 e 1917. Integrou então a Junta de Freguesia de S. Engrácia, Lisboa (hoje englobada na freguesia de S. Vicente). As autarquias tinham meios muito mais limitados do que hoje, mas ainda assim Black conseguiu desenvolver um serviço de acção social com uma cantina escolar para 40 crianças, às quais também era fornecido vestuário.

Nas últimas eleições autárquicas da 1ª República, no outono de 1925, João Black voltou a ser candidato na freguesia de S. Engrácia, dessa vez como suplente numa lista do “Bloco da Esquerda Social” - dinamizado pelo jovem Partido Comunista Português.

Um dos poemas mais importantes na história do movimento operário em Portugal é a letra do “hino do jornal *A Batalha*”, de 1919. O seu autor foi João Black:

*“Surgindo vem ao longe a nova aurora,  
Que os povos há de unir e libertar,  
- Desperta, rude escravo, sem demora,  
Não leves toda a vida a meditar.*

*Destrói as cruas leis da sujeição.  
E quebra as vis algemas patronais.  
O mundo vai ter nova rotação,  
Os homens vão ser todos iguais.*

*É justo aos parasitas dar batalha,  
A terra só pertence a quem trabalha” [...]*

INSTITUCIONAL

PUBLICIDADE



**A VOZ DO OPERÁRIO**  
Sociedade de Instrução e Beneficência

## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do art.º 20.º, alínea c) dos estatutos, convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para a Assembleia Geral Ordinária, no próximo **29 de novembro**, às **18 horas**, na sede da instituição, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1- Discussão e votação do Plano Anual de Atividades 2022;

2 - Outros assuntos.

Nota: Se à hora marcada para o início dos trabalhos não estiver presente o número legal de sócios, a Assembleia iniciar-se-á uma hora depois, de acordo com o disposto no art.º 33, ponto 1, dos Estatutos.

Lisboa, 20 de outubro de 2021  
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Libério Domingues



**Antiga Agência Funerária  
Domingos & Diniz**  
Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%  
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa  
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa  
T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363



## GALA DE FADO



Foto de Nuno Agostinho

Apresentação da 5.ª Gala do Fado.

# Silêncio, que se vai cantar fado n'A Voz

### A iniciativa vai homenagear vários artistas

O salão de festas d'A Voz do Operário volta a receber a Gala de Fado no domingo, 7 de novembro, uma iniciativa que já é uma referência dentro deste género musical. A quinta edição deste evento começa às 15 horas e volta a homenagear vários artistas, num serão cuja receita vai reverter para a melhoria das condições deste histórico espaço de espetáculos.

Apesar de esta Gala de Fado ter sido criada há cinco anos, a ligação entre A Voz do Operário e o fado remonta às origens desta instituição, em 1879. Ao longo da história desta icónica associação, foram inúmeras as personalidades do mundo deste género musical que ajudaram a manter viva uma atividade regular, através de sessões de fado realizadas ou apoiadas pela instituição. Também as páginas do jornal que deu nome à Voz do Operário foram espaço para muitos autores publicarem as suas letras e

defenderem o fado enquanto expressão cultural das classes trabalhadoras. É esta "relação indissociável" que se pretende continuar a celebrar, segundo os organizadores.

A iniciativa vai contar com dois momentos: o espetáculo de vários fadistas convidados e a atribuição de prémios - a Musa - a figuras que tiveram ou que têm tido um papel destacado na história e revelação do fado enquanto expressão cultural. Os artistas participam de forma voluntária com o objetivo de contribuir para a angariação de fundos para obras de requalificação do salão de festas d'A Voz do Operário e para valorizar e divulgar o fado.

### Homenageados da 5.ª edição da Gala de Fado

A 5.ª Gala de Fado d'A Voz do Operário contará com apresentação de Joaquim Nicolau.

#### Prémios:

Tributo - Mafalda Arnauth  
Compositor - Paulo Faria de Carvalho | Mário Pacheco  
Lisboa - Marina Mota  
Popular - Rui Costa  
Solidariedade - Joana Amendoeira  
Carreira - João Casanova | Maria Armanda  
Divulgação - Academia da Guitarra e do Fado  
Artes e Espectáculo - Luís Aleluia  
Poesia e Literatura - José Fernandes Castro  
Revelação - Mafalda Vasques | Nuno Rocha

#### Elenco:

Ana Lains  
André Batista  
Célia Leiria  
Sara Paixão  
Carla Pires  
Manuel Barbosa  
Yola Dinis

#### Músicos:

Francisco Pereira - Guitarra  
Carlos Viçoso - Viola  
Nuno Lourenço - Baixo

INSTITUCIONAL

**5ª GALA  
DE FADO**  
D'A VOZ DO OPERÁRIO  
7 NOV.

15H



## COMPRE JÁ

1.ª plateia.....15 fados  
2.ª plateia.....10 fados  
Galerias.....7,5 fados

ORGANIZAÇÃO

 **A VOZ  
DO OPERÁRIO**

21 886 2155 | geral@vozoperario.pt  
facebook.com/galadefado



## POLÍTICA



# Chumbo do OE. PS vira costas ao diálogo

O chumbo da proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2022 não aconteceu por geração espontânea. É uma história de avanços e conquistas mas também de desencontros e de compromissos do PS com Bruxelas e com os grandes grupos económicos e financeiros.

**Bruno Amaral de Carvalho**

Em “Quem matou a geringonça?”, artigo de opinião publicado no Diário de Notícias, o jornalista Pedro Tadeu recordou como, ao longo de seis anos, o ministério das Finanças usou, “de forma sistemática, excessiva e arbitrária, cativações de verbas e eliminou na prática o financiamento atempado de muitas medidas que tinham sido acordadas com os partidos que viabilizavam o governo de minoria, deu rajadas de metralhadora na geringonça”.

O mesmo jornalista sublinhou a distância entre os diferentes partidos nas alterações ao Código do Trabalho em 2019. O período experimental passou de 90 para 180 dias, os patrões viram reforçadas as possibilidades de ficarem livres das regras da contratação coletiva ao ampliar os motivos para a caduci-

dade dos acordos feitos entre sindicatos e patrões, prejudicando a capacidade de negociação dos trabalhadores. Simultaneamente, acusou o secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro, Tiago Antunes, de mentir na televisão ao dizer que o PCP exigiu, sem cedências, a subida do salário mínimo para 850 euros já em janeiro, quando na verdade, como revelaram os comunistas, aceitou 705 euros no início do ano e apenas 800 euros no final de 2022.

## A origem do entendimento entre a esquerda e o PS

Em outubro de 2015, a coligação entre o PSD e o CDS-PP, encabeçada por Pedro Passos Coelho e Paulo Portas, ficou à frente do PS nas eleições legislativas mas perderam a maioria na Assembleia da República. Depois de vários anos de efervescência social,

contra a austeridade de José Sócrates primeiro e o governo alinhado com a troika depois, os partidos à esquerda do PS aumentaram o número de deputados e fizeram inclinar a balança parlamentar. Foi Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP, que proclamou a sentença que derrotou a continuidade do anterior executivo: “O PS só não forma governo se não quiser”.

Sem vontade de dar posse a um executivo PS, Cavaco Silva exigiu um acordo assinado pelas várias partes como condição para a viabilidade de um governo liderado por António Costa. BE, PCP e Verdes negociaram e aprovaram entendimentos separados com o PS. Foi assim que se inaugurou uma fase política de recuperação e avanços, segundo a esquerda, que deixou para trás muitas das medidas impostas pela troika ao país com a anuência do PSD e CDS-PP.

## Reposição e conquista de direitos

Durante décadas, o PS tinha protagonizado governos que, em solitário ou com o apoio de elementos ou partidos de direita, aprofundaram uma linha neoliberal de privatizações e recuos nos direitos dos trabalhadores. Desta vez, condicionado pela esquerda, houve avanços e reposição de direitos, apesar das amarras do executivo à lógica da União Europeia.

## Algumas medidas que marcaram o último mandato e meio

Reposição salarial e de outros direitos como feriados, complementos de reforma aos trabalhadores do sector empresarial do Estado; aumento do salário mínimo nacional; reposição dos instrumentos de contratação coletiva no setor público empresarial e eliminação das



restrições à contratação de trabalhadores na Administração Local; reversão das privatizações da Carris, do Metropolitano de Lisboa e dos STCP e, parcialmente, da TAP; redução significativa do preço dos transportes públicos e alargamento dos passe sociais intermodais; fim dos cortes nas pensões e aumento extraordinário em quatro anos consecutivos; reposição integral da lei da IVG; valorização do abono de família, alargamento do abono pré-natal e do apoio às pessoas com deficiência; ampliação da proteção aos desempregados, com a criação do apoio aos desempregados de longa duração e eliminação do corte no subsídio de desemprego; reposição do pagamento por inteiro do subsídio de Natal; valorização das longas carreiras contributivas e melhoria das condições de acesso à reforma dos trabalhadores das minas e das pedreiras; na Administração Pública, reposição das 35 horas e direito à progressão na carreira e a tomada de medidas de combate à precariedade; redução do valor das propinas e reforço das componentes da Ação Social Escolar; a gratuitidade dos manuais escolares nos 12 anos da escolaridade obrigatória; redução das taxas moderadoras, contratação de médicos e enfermeiros, redução de custos com os medicamentos, inscrição de novas vacinas no Plano Nacional de Vacinação; gratuitidade de acesso aos museus, aos domingos e feriados, reforço do apoio às artes e à criação artística, a redução do IVA dos espetáculos e dos instrumentos musicais; criação do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade; alívio do IRS sobre rendimentos do trabalho, criação de dois novos escalões e alargamento do mínimo de existência, eliminação da sobretaxa; redução do preço da energia; redução do IVA na restauração e eliminação do Pagamento Especial por Conta; corte nos benefícios aos fundos imobiliários, tributação do património imobiliário de mais elevado valor com a introdução do adicional do IMI e aumento da tributação sobre os grandes lucros por via do aumento da derrama estadual do IRC.

### Quando o PS não cumpriu aquilo que foi acordado

Apesar dos avanços, cedo perceberam os partidos de esquerda que para além das negociações e da aprovação de medidas na Assembleia da República havia que pressionar o governo para a sua execução. Essa pressão fez-se sentir no âmbito parlamentar mas também nos locais de trabalho. Um desses exemplos foi a luta pela aplicação do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP).

Já não eram só as negociações sobre as medidas e o seu alcance mas também a sua implementação. Os partidos à es-

querda do PS mostraram mal estar e já em 2020 o PCP sublinhava que importava adotar “outras medidas e opções que estão para lá da matéria orçamental e que requerem a mobilização de instrumentos, meios e políticas que o governo PS persiste em não assumir”. Os comunistas denunciaram, então, que os primeiros quatro meses de execução orçamental mostravam que o governo não estava “a utilizar toda a capacidade orçamental” que tinha “para dar resposta aos problemas nacionais”. E pior. Estava “a limitar” a execução do Orçamento. Se o voto contra do BE, em 2020, foi justificado sobretudo pela falta de investimento no Serviço Nacional de Saúde, o PCP defendia a abstenção como marca de “um distanciamento face a opções e critérios assumidos pelo governo” afirmando que não bastava aprovar propostas na Assembleia da República. Tão ou mais importante seria “a vontade política para concretizar medidas que dessem expressão à resposta que se exigia”.

À medida que aumentava a tensão entre os partidos à esquerda do PS e o governo pelo incumprimento dos acordos, o grupo parlamentar liderado por Ana Catarina Mendes não mudou o registo habitual. Um olhar sobre as vezes em que as votações do PS coincidiram com as de outros partidos é elucidativa. Apesar de recorrer aos deputados à sua esquerda para viabilizar orçamentos, o PS votou ao lado do PSD na maioria das vezes. Isso aconteceu em 1535 ocasiões. De seguida, ao lado do CDS-PP (1175), PAN (1123), IL (1122) e só depois o BE (1107). No fundo da tabela, o PS só votou da mesma forma que o PCP em 1079 momentos.

São muitos os exemplos de medidas que não foram implementadas no prazo acordado ou que não foram concretizadas de todo. Os Subsídios Extraordinários de Risco para os trabalhadores da saúde e dos serviços essenciais deixaram de fora muito profissionais, a contratação de pessoal nas várias áreas (saúde, educação, forças e serviços de segurança, justiça, proteção civil) não foi concretizada nos prazos e nos números de admissões previstos e os investimentos nos cuidados de saúde primários e nos hospitais tardaram em ser concretizados e a esquerda denunciou a teia de autorizações e despachos do ministério das finanças que impedem a sua implementação. A execução dos apoios previstos para o setor da cultura continuava a excluir uma grande maioria dos trabalhadores do setor quando a denúncia foi feita.

### Esquerda chumba Orçamento de Estado

Em 2020, o BE rejeitou a viabilização do OE deste ano e, em março, o PCP votou contra o OE suplementar. Este ano,

no processo de negociação da proposta, BE, PCP e Verdes denunciaram a falta de vontade de diálogo do governo.

Os bloquistas viram rejeitadas nove propostas que pretendiam ver no OE para 2022. Exclusividade para os trabalhadores do SNS e incentivos à adesão, criação da carreira de técnico auxiliar de saúde, autonomia dos hospitais públicos para contratarem trabalhadores, reposição do pagamento das horas extraordinárias, reposição dos 25 de férias, fim da caducidade dos contratos coletivos de trabalho, reposição do princípio do tratamento mais favorável, fim da penalização na reforma para quem tem mais de 40 anos de descontos e recálculo das reformas atribuídas entre 2014 e 2018 para eliminar penalizações que já não estão em vigor.

Por sua vez, os comunistas denunciaram também não haver luz verde para aumento das reformas em 658 euros, reforma por inteiro e sem penalizações para quem tenha 40 anos de descontos, acabar com todos os cortes impostos pela troika, estimular a fixação no SNS, travar a privatização na saúde, nem mais consultas, exames, cirurgias e profissionais de saúde. O PCP denunciou ainda que o governo pretendia criar dois novos escalões no IRS que excluam quem recebe até 1000 euros de qualquer alívio fis-

cal. Também recusou aliviar as pequenas e médias empresas assim como tributar de forma justa os elevados rendimentos e património. Seis anos depois, o PS tampouco revogou a lei das rendas.

Pelo seu lado, o PS acusou estes partidos de pôrem em risco a estabilidade financeira do país. Contudo, no ano passado, o PCP avançou com cinco propostas para financiar os gastos do Estado: englobamento no IRS para todos os rendimentos a partir de 100 mil euros, eliminação de vários benefícios fiscais atribuídos ao grande capital e à especulação, taxaço das transferências para os paraísos fiscais e a tributação em Portugal dos lucros e dividendos de grandes grupos económicos, escalão intermédio na derrama estadual de 9% para os lucros entre 20 e 35 milhões de euros e resgatar as Parcerias Público Privadas, que resultaria em mil milhões de euros por ano. Foi este o caminho para o chumbo da proposta de Orçamento do Estado para 2022.

Importa agora saber quais vão ser os passos seguintes, se o regresso do PS aos braços dos seus aliados de sempre, PSD, se uma tentativa de superar a atual crise com os partidos à sua esquerda ou uma rutura democrática cuja solução passa por dar voz à maioria da população, os trabalhadores.

## ELEIÇÕES

# Presidente da República prestes a desencadear eleições antecipadas

Mal soube que havia uma elevada probabilidade de haver chumbo do Orçamento do Estado para 2022, Marcelo Rebelo de Sousa anunciou que nesse cenário, dissolveria a Assembleia da República e convocaria eleições legislativas. Apesar de a lei prever a possibilidade de o governo apresentar uma nova proposta no prazo de 90 dias, com a possibilidade de novas negociações e, quem sabe, um entendimento, o Presidente da República preferiu apontar para o regresso às urnas.

À hora do fecho desta edição, a decisão parecia certa, apesar de as declarações do PS e dos partidos à sua esquerda ir em sentido contrário. Mesmo com a dissolução do parlamento, o governo mantém os seus poderes, e o executivo teria de governar por duodécimos, uma vez que não tem orçamento aprovado.

Se Marcelo Rebelo de Sousa avançar com a opção mais radical, a Consti-

tuição da República prevê que o Presidente da República ouça os partidos políticos e o Conselho de Estado. O quadro constitucional diz ainda que “a dissolução da Assembleia não prejudica a subsistência do mandato dos deputados, nem da competência da Comissão Permanente, até à primeira reunião da Assembleia após as subseqüentes eleições”.

A Assembleia da República prossegue os trabalhos de forma regular até ao decreto de dissolução e, a partir desse momento, o plenário deixa de reunir e interrompe-se o trabalho legislativo, passando apenas a realizar-se as reuniões da Comissão Permanente.

As eleições legislativas antecipadas têm de se realizar nos 60 dias seguintes à dissolução do parlamento e têm de ser marcadas nesse mesmo momento, de acordo com o artigo 113.º da Constituição da República Portuguesa. —

MIGUEL DORES

# “Alcindo é a história que não esquecemos”

Cerca de 800 espectadores esgotaram o São Jorge para assistir ao filme “Alcindo”, sobre o assassinato de Alcindo Monteiro, por neonazis, em 1995. Miguel Dores não esqueceu a noite em que, ainda adolescente, lhe contaram os pormenores. É ele que assina o documentário, um trabalho que pretende falar do racismo no presente, através do passado.



Foto de Nuno Agostinho

Este é o primeiro filme do realizador natural da Amadora.

**Bruno Amaral de Carvalho**

## Porquê fazer um documentário sobre o Alcindo Monteiro?

Eu diria que esta é uma história que me impacta pessoalmente há muito tempo. A primeira vez que fui ao Bairro Alto, com amigos do meu irmão mais velho, lembro-me perfeitamente de me contarem a história do Alcindo Monteiro com o dedo apontado “foi aqui que aconteceu” e mostrarem-me o trajeto todo. Essa história acompanhou sempre a minha vida noturna, que era no Bairro Alto inicialmente, e o Bairro Alto sempre foi um lugar de ritualização desta tensão social que era o possível encontro de skinheads neonazis.

Depois, mais tarde, com a minha participação na

cena punk [fez parte da banda Sobressaltos e esteve envolvido na Taberna Ocupada pela Cultura na Amadora], o que se passou era muito lembrado nesse seio como a história que não perdoamos e a história que queremos que não seja esquecida. Isto foi sempre importante na minha construção enquanto sujeito mas eu diria que há um momento, ali em 2019, em que nos começamos a aperceber de que dentro de um cenário mundial de reconstrução de projetos nacionalistas e conservadores, há uma higienização de figuras fascistas em curso em Portugal. O ano começa logo com uma coisa muito reveladora que foi o grande destaque dado a Mário Machado, no programa do Goucha, e que era feito no contexto de uma manifestação que se chamava “Salazar faz muita falta”.

Esse ano, também é quando se cria o Movimento Zero e quando André Ventura é eleito deputado. Começa uma etapa de reconstrução de um movimento

de extrema direita em Portugal e eu estava a definir a minha tese de mestrado nesse momento e a perceber todas essas dimensões que estavam a acontecer na sociedade portuguesa e pensei “fazer neste momento um documentário sobre o caso Alcindo Monteiro é uma forma de falar sobre tudo isto que estamos a viver, sobre todo este processo social”.

Acho que o que aconteceu em 2020 acaba por ser revelador do quão importante era fazer um documentário sobre o Alcindo Monteiro. O ano abre com o assassinato de Giovanni, a seguir temos o caso da Cláudia Simões, do Ihor Homeniuk, do Bruno Candé. Há xerifes da extrema-direita que clamam pela construção de um domínio público racializado e isto tem consequências na construção de tensões e ódios sociais que levam a uma violência racial acentuada. Foi justamente o que aconteceu no caso do Alcindo Monteiro e naquele período, nos inícios dos anos 90.



### **Cresceste na Amadora e vens de uma família comunista. Achas que isso, de certa forma, te ajudou a construir a tua visão do mundo?**

Sem dúvida. Não só de uma família comunista mas também, da parte do meu avô paterno, havia uma grande consciência e uma grande experiência na relação com os movimentos anti-coloniais, que ele me foi sempre comunicando. Essa dimensão é bastante importante. A questão da Amadora é importante, eu diria, porque a minha família ajudou-me num pensamento sobre as matrizes de classe de opressão e ajudou-me a compreender fenómenos sociais que se dão na cidade da Amadora, como o racismo. Havia uma grande presença de estudantes africanos nas escolas e essa presença obrigava-me a ressemantizar-me fora das lentes do nacionalismo. Ou seja, essa ideia do que é ser português, era uma coisa que era muito distante de mim. Sempre convivi entre pessoas que ouviam kudu e kizomba. Essa socialização impacta na forma como eu construo a minha identidade social e, portanto, a minha forma de pensar o mundo. Eu não compreendia porque é que eu passava para o secundário ou para o ensino universitário mas uma percentagem alta dos meus colegas negros não, não compreendia a raiva deles perante a escola, e numa escola que tinha matrizes racistas bastante vincadas, desde logo nos programas. Acho que foi a tentativa de entender essa realidade principal que mais me marcou no percurso académico.

### **Ainda por cima, viveste um tempo no Brasil e tens uma grande relação com essa realidade. Participas até, em Lisboa, num grupo de maracatu. Entendes que isso também te ajudou, de certa forma, a situar-te nesse campo do anti-racismo e do antifascismo?**

Sim, não há detalhe do Brasil que possa ser afastado da dimensão racial. É o maior país negro de brancos no mundo. Isto na medida em que o capital é branco mas as pessoas, a maioria da população, é negra. Só a Nigéria tem mais negros do que o Brasil e é um país com muita dificuldade em pôr pontos finais. A transição para o império brasileiro é uma transição absolutamente manhosa, o mesmo se pode dizer da república, o mesmo se pode dizer do fim da escravatura, o mesmo se pode dizer do fim da ditadura militar. Ou seja, não há pontos finais na história do Brasil, e isso faz com que a história colonial esteja muito viva em toda a forma como se estruturam as relações sociais e viver essa realidade e percebê-la, perceber o peso dela, ajudou-me a compreender a importância de me posicionar no mundo enquanto anti-racista.

### **Porque é que achas que as pessoas devem ver este filme?**

Aquilo que menos esperaria neste filme é que se fizesse um close up sobre os nazis e que houvesse uma interpretação isolada dos nazis. O filme é exatamente o contrário. O filme é um grande plano sobre Portugal. É um filme que procura fazer uma metonímia entre esta noite longa, a de Alcindo Monteiro, e uma época. O objetivo é olhar para o que aconteceu nessa noite mas também as articulações desta noite com uma constelação de temas que nos permitem perceber um processo social, e portanto todos os fenómenos que estão ligados a este caso. Como a construção da CPLP, a Expo98, as leis de

regularização extraordinárias criadas pelo Dias Loureiro num tempo de muito subemprego, da desindustrialização que o país vivia nos anos 90.

O filme procura juntá-los como uma espécie de constelação que tem como estrela guia o caso Alcindo Monteiro. Portanto, a importância que eu dou a que as pessoas vejam este filme é a importância de pensar o racismo como um fenómeno com agentes concretos, com politizações sociais, das quais partem as ações reivindicativas. Mas também pensar o racismo como uma estrutura que permeia a totalidade das relações sociais.

### **“Mas também pensar o racismo como uma estrutura que permeia a totalidade das relações sociais.”**

O filme procura, a partir deste caso, discutir uma forma sistémica de racismo e como é que a sociedade se estrutura para a produção de linchamentos sociais e para a produção de um patrulhamento e de um clima de segurança associado a figuras que se tornam inimigos públicos. Então, o filme parte dessa estrutura de explicar o que é que aconteceu nesse momento, escutar as vítimas diretas deste caso, a família e os amigos do Alcindo, mas também observar como é que a sociedade se posiciona sobre este caso e como é que a sociedade se vinha construindo durante os anos 90.

### **Como é que reagiu a família do Alcindo à ideia de avançares com este trabalho?**

A família teve uma postura bastante corajosa em relação a isto desde o início, porque percebem a importância de se falar do caso de forma a que não volte a acontecer. Percebem a dimensão que extrapola o âmbito da dor familiar. Ainda assim, aquilo que delineámos fazer enquanto grupo, e isso marcou a forma como fomos conseguindo trabalhar com a família, foi de não fazer um trabalho rápido ou exigir à família que trabalhasse conosco de uma forma apressada. Uma meta que tínhamos era, por exemplo, nunca gravar com intervalos menores de dois meses porque, obviamente, estamos a falar de uma dor profunda e de uma memória traumática.

Não queríamos trazer para a família uma abordagem a este tema que os massacrasse com esta memória, não é uma história para estar a ser falada e lembrada constantemente. Gravámos com a família e construímos esta história com a família, sempre com grande espaçamento de tempo e isso foi uma das razões para o facto do filme ter demorado dois anos. Levou-nos a um trabalho insistente, com sessões de visualização do filme na casa da família para repensar o próprio corte consoante o interesse da família.

### **Também tiveste o interesse de contar a história das outras vítimas dessa noite. Ainda há muito desconhecimento sobre o que aconteceu?**

O que há de não compreendido dessa noite é justamente essa dimensão genocida.

Acho que há um grande desconhecimento sobre a forma como este linchamento racial se sucedeu. É coletivo, há uma intencionalidade e as agressões são fei-

tas todas mesma forma. Com intensidades diferentes, nesta noite vários espancamentos são feitos com recurso ao cerco em grupo, com desferimento de golpes letais à cabeça das vítimas, e constantes verbalizações de vontade expressa de matar pessoas negras durante o trajeto, tudo isto provado em tribunal. Portanto, como já diziam na altura várias organizações sociais, não tem nenhum sentido a retirada de crime de genocídio de cena no final do processo do tribunal, porque de facto ao olhar para o processo, ao ler o acórdão, e se pensarmos na aplicação deste crime contra a humanidade, percebe-se a clareza deste gesto enquanto um gesto genocida. O que há de não compreendido dessa noite é justamente essa dimensão genocida. O facto de ser um crime contra a humanidade e um crime coletivo, um crime contra várias pessoas e que, portanto, tem uma importância política, no sentido da responsabilidade política.

### **Com a extrema direita a ganhar força, achas que este filme pode ser uma ferramenta para ajudar a combatê-la?**

É por isso que o faço.

### **Em 1994, o Tribunal Constitucional extinguiu o Movimento de Ação Nacionalista (MAN), de que faziam parte vários dos responsáveis pelo assassinato do Alcindo Monteiro. Isto mostra que as instâncias judiciais não resolvem tudo? Ou seja, a extinção de organizações fascistas por si só não parece eliminar o perigo do próprio fascismo.**

Eu traria um debate sobre a questão da ineficiência penal em casos de reincidência. Para além da questão do MAN, nós também já temos vários casos de reincidências de assassinos ou de participantes desta noite, de agressores desta noite, em outros crimes de ódio, seja racial, seja por outros motivos. A ação penal não transforma a sociedade. E temos de adicionar uma outra forma de justiça que parte do princípio que existe uma responsabilidade política que é imprescritível, a responsabilidade política sobre aquilo que nós não queremos que aconteça e sobre aquilo que nós não podemos tolerar.

Isto, desde logo, parece uma coisa que poderia ser óbvia, mas analisando as matérias que foram divulgadas e os discursos públicos das figuras do Estado português da época, quer no caso do MAN, quer no caso do assassinato do José Carvalho, quer no caso do Alcindo Monteiro, colocam-se sempre figuras, como Mário Soares e Cavaco Silva, sobre o espectro de que é preciso combater a guerra com a paz, de que é preciso combater a intolerância com a tolerância. É um discurso irresponsável, um discurso que não percebe também a articulação com uma negação da dimensão da violência racial, que é uma dimensão histórica. Esta é uma ladaínia inventada na história da colonização que tem um grande pai teórico que é Salazar. Salazar declarava que Portugal era o inventor do multirracismo e que racistas eram os movimentos de libertação. Então, toda esta dimensão da negação da violência e da tolerância com que enfrentamos a nossa história faz com que nós consigamos conviver ao longo da nossa história recente com uma série de massacres coloniais sem que haja um trabalho que trate como crimes contra a humanidade.



## METROPOLITANO

# Metro em greve por efetivos e progressões na carreira



Os trabalhadores do Metro de Lisboa vão realizar uma greve de 24 horas em 4 de novembro, mas os protestos arrancaram com três greves parciais.

Sindicatos pedem total reposição de efetivos e

sublinham a importância de progressões na carreira. Depois de três paralisações de forma parcial, o metropolitano de Lisboa vai parar no dia 4 de novembro. As greves foram anunciadas pela FECTRANS mas as

paralisações foram secundadas por todas as organizações sindicais subscritoras do Acordo de Empresa (AE), na sequência de um plenário geral de trabalhadores, em que decidiram que “a luta é a alternativa para defender os direitos”. “Tudo fizemos para evitar este conflito, mas, em bom rigor, estamos uma vez mais a preparar o processo reivindicativo para 2022 e continuamos sem conseguir chegar a bom porto no processo deste ano”, indicou a Comissão Intersindical do Metropolitano de Lisboa à Lusa, considerando que não há um verdadeiro processo negocial. Sem aproximação de propostas que servissem as partes envolvidas, a Comissão Intersindical criticou a processo negocial: “esbarrámos de novo numa imposição de quem apenas quer fazer alterações unilaterais ao AE e pouco ou nada se preocupa com a melhoria das condições de vida e trabalho, de quem diariamente dá o melhor pela empresa”. Em declarações à Lusa, a dirigente sindical da FECTRANS Anabela Carvalheira explicou que “a greve não é só contra o congelamento salarial”, porque as negociações “vão além da matéria salarial”, defendendo “uma total reposição de efectivos, que está por cumprir” e sublinhando a importância do “preenchimento imediato do quadro operacional e as progressões na carreira”. Em comunicado, a Comissão Intersindical do Metropolitano de Lisboa sublinhou que o protesto é “contra o congelamento salarial; pela aplicação de todas os compromissos assumidos pelo ministro do Ambiente e Acção Climática, onde se inclui a prorrogação do AE; pelo direito ao transporte e pela reposição imediata de todos os efectivos, cujas promessas até hoje na sua maioria não passaram do papel”.

## A VOZ do corvo



## ...memórias de um provedor

O título desta crónica pode levar a pensar que ela se afasta dos temas usuais centrados, normalmente, em aspetos do ordenamento regional do território ou da carência de alojamento para o maior número. Aborda-se agora o papel das Ordens como associações profissionais e da sua relação com os utentes do seu trabalho, isto é, da população em geral.

Uma das mais imaginosas propostas da nossa constituição democrática foi a criação das associações de direito público, quando o Estado delegou em grupos de cidadãos, livremente organizados, “poderes regulatórios e disciplinares com o dever de estes orientarem a sua missão apenas pelo interesse público”, ou seja, sem caráter sindical, patronal ou empresarial.

A associação profissional dos médicos deveria ocupar-se do direito à saúde dos seus concidadãos, a dos advogados do direito à justiça, a dos engenheiros da

segurança e da transformação do território e a dos arquitetos do direito à arquitetura.

Terá sido esta última a primeira a assumir o estatuto de associação de direito público e a primeira e talvez até agora a única que instituiu a figura do Provedor da Arquitetura “como via para a sociedade civil pôr questões, expressar críticas, formular queixas e apresentar aspirações no domínio da Arquitetura.”

As questões chegadas ao Provedor nos primeiros mandatos podem ser assim tipificadas:

Questões relacionadas com a qualidade da Arquitetura que aqui se exemplificam num caso impressionante e um dos primeiros a ser apresentado. O pai de uma criança, deficiente motora, queixou-se que, pretendendo adquirir uma casa, não tinha encontrado nenhuma que não tivesse barreiras arquitetónicas intransponíveis e que perante um caso evidente (três ou quatro penosos degraus entre a entrada do prédio e os elevadores) recebera do vendedor do imóvel a explicação chocante e discriminatória de que “os deficientes entravam pela garagem e metiam-se no monta-cargas.”

Atuou o Provedor, junto dos órgãos representativos da classe, das entidades licenciadoras e diretamente em colóquios e pela comunicação social junto dos arquitetos para que se praticasse entre nós uma arquitetura para todos.

Queixas, apresentadas por profissionais e pela população, sobre a lentidão dos processos de licenciamento: Obter a aprovação de uma licença de construção, seja a simples abertura de uma janela num sótão, de uma pequena oficina ou de uma fábrica, de um hotel, seja grande ou pequeno, é ver-se envolvido num processo Kafkiano. Os instrumentos de planeamento

são ambíguos e muitas vezes a apreciação dos processos é arbitrária e isto mais nas grandes cidades que em quaisquer outros sítios.

O Provedor fez eco destas queixas, dos órgãos competentes da classe profissional e das entidades licenciadas, mas pode constatar-se com mágoa que longe da situação ter melhorado ela se apresenta hoje muito pior.

Questões abordadas no que diz respeito ao acesso à profissão:

Não houve problemas enquanto ele foi feito exclusivamente através das escolas públicas de Lisboa e do Porto, mas quando o liberalismo se apossou do ensino e pelo país explodiram dezenas de outras escolas a qualidade do ensino terá decaído e a Ordem, que substituíra a Associação Pública, entendeu cercear o acesso à profissão. Tê-lo-á feito de modo canhestro, dentro de um espírito corporativo (“são os que já cá estão que dizem quem pode entrar”), instituindo um exame de admissão dispendioso para os candidatos, de modelo pergunta-resposta visando matérias abordadas nos cursos homologados pelo Governo e numa altura em que a investigação e a avaliação contínua já eram o fundamento da formação e da maturidade necessárias para o exercício da profissão.

A conjugação de esforços de potenciais candidatos, das Universidades, do Provedor e o recurso à jurisprudência fizeram retroceder tal procedimento ficando a Ordem com a responsabilidade exclusiva da organização de estágios, versando aspetos da prática profissional e, dentro do verdadeiro espírito europeísta, dos deveres da classe para com a sociedade onde se insere.

Francisco da Silva Dias



## ASSOCIATIVISMO



Foto de Emanuel Canoilas

Público incentiva ciclista durante a prova.

# Saíram à rua para verem passar as bicicletas

Mais de 60 ciclistas treparam o íngreme Vale de Santo António numa prova em que o associativismo foi o protagonista.

A rua desperta enevoadada numa manhã preguiçosa de domingo. Faltam poucos minutos para as dez no cimo do Vale de Santo António e é onde se espera que, seis décadas depois, mais de meia centena de ciclistas ultrapasse a meta depois de uma dura subida que arranca ainda abaixo da sede do Mirantense Futebol Clube. Passaram muitos anos, os protagonistas são outros, as bicicletas evoluíram, mas o entusiasmo mantém-se. À mesma hora, junto à porta da histórica coletividade, dezenas de participantes conversam entre si sobre a dificuldade da prova.

“É para esticar um pouco os limites, mas que é íngreme, lá isso é. O divertido vem depois quando acabar a subida”, comentam à Voz do Operário dois amigos já posicionados em cima dos selins. Enrico e João costumam fazer ciclismo de forma recreativa e acham que é importante dar visibilidade às bicicletas, sobretudo quando se trata de uma iniciativa de bairro que envolve o associativismo e a população.

Questionado sobre a expectativa em relação à subida, um participante belga brinca e afirma que o objetivo é ganhar. Explica que vive no bairro e que o espírito associativo é determinante para ligar os moradores. Ao lado, um voluntário do Mirantense destaca a quantidade de jovens que se juntaram naquela manhã e mostra-se confiante de que esta iniciativa se possa voltar a repetir.

Oitenta anos depois da primeira prova, organizada em 1941 pelo Mirantense Futebol Clube, a histórica coletividade juntou-se à recém fundada Associação Re-

creativa e Desportiva “O Relâmpago” para relançar este desafio ciclista. Os jornais da época davam conta do entusiasmo da população que se acotovelava nos passeios para ver passar os ciclistas.

**Tanto o Mirantense como o “Relâmpago” foram fundados no 1º de Maio. O primeiro nasceu em São Vicente em 1935 e é uma coletividade histórica desta zona de Lisboa. O “Relâmpago” foi fundado este ano e recuperou o nome de um antigo clube da parte oriental da cidade.**

É Vasco, um dos organizadores, quem inaugura a prova. O ciclista veste as cores do “Relâmpago” e há quem se emocione quando imprime força nos pedais para escalar a encosta. Pese a distância no tempo, a expectativa é muita. Irrompem os aplausos rua acima. Às janelas, há senhoras de robe, moradores de cabeça esticada no parapeito e gente nas laterais. Com apenas um árbitro disponível, que dá o sinal da partida, voluntários do “Relâmpago”

introduzem-no rapidamente dentro de uma viatura e ultrapassam a bicicleta para chegarem antes à meta. Quase parece um filme do Kusturica. É ali que o representante da Federação Portuguesa de Ciclismo monta o aparelho que vai contar o tempo de cada subida.

“Foi incrível”, descreve Vasco à Voz do Operário quando ultrapassa a meta. “Mal virei a primeira esquina estava muita gente na rua a gritar e até na parte mais difícil havia imensa gente e depois foi tentar aguentar até aqui”. Ainda com a respiração acelerada, explica que custou um pouco organizar a iniciativa, até porque foi a primeira vez que organizaram este tipo de provas. “De certa forma, estávamos a aprender enquanto fazíamos”, refere.

Enquanto os cerca de 60 ciclistas, um a um, trepam o Vale de Santo António, Paula e Fátima, que vivem aqui há 50 anos, gritam palavras de incentivo entre os carros estacionados. “Isto é muito giro, a gente diverte-se e o bairro vem para a rua”, comentam.

Ao longo da rua, são muitos os voluntários que controlam as ruas adjacentes permitindo que a casa 15 ciclistas se pare a prova por cerca de 15 minutos para fazer escoar o trânsito limitando ao máximo o incómodo causado. Num desses intervalos, sobe um autocarro da Carris sob aplausos com o motorista a dizer adeus como se de um ciclista se tratasse.

## Classificação Feminino 18-50 anos

- 1º Margarida Viseu Roque Amaro | 2m25,76s
- 2º Marta Gonçalves Vieira | 3m33,31s
- 3º Inês Sanches | 3m48,07s

## Classificação Masculino 18-50 anos

- 1º Ciaran Finnegan | 1m30,24s
- 2º Elliot Butler | 1m31,86s
- 3º Manuel Acácio Bello Lino | 1m38,25s

## Classificação Masculino +50 anos

- 1º José Gonçalves | 3m10,02s
- 2º António João Martins Gomes Santos | 3m40,66s
- 3º Alberto Jorge Leite dos Santos | 4m03,28s

## Classificação Bicicletas elétricas

- 1º Paulo Antunes | 2m39s
- 2º Harald Rothermel | 3m30s

As palmas sobem de tom quando avançam as mulheres inscritas para a prova. À janela, uma moradora não deixa de aplaudir com as mãos e com um sorriso. “Já que o presidente [da freguesia] não faz nada, ao menos que façam os outros”, espeta uma moradora da janela. Maria João vive aqui há cinco anos e considera que é “engraçado” e que “vale a pena” a iniciativa.

O êxito da prova é visível na alegria estampada nos rostos dos organizadores. Com um pódio a preceito, Lina Cortes, do Mirantense, e Euprémio, do “Relâmpago”, agradecem aos participantes e ao comércio local que não deixou de apoiar a iniciativa. Os vencedores da prova recebem medalhas e ramos de flores mas os maiores aplausos vão para as duas coletividades que organizaram a prova. Parecem ser, afinal de contas, os verdadeiros campeões desta manhã de outono.



## TRABALHO

# Saúde junta-se à luta



Trabalhadores da saúde aderem à greve de 12 de novembro.

Foram aplaudidos durante o confinamento pelos portugueses pela dedicação no combate à pandemia e agora aderem à greve da Administração Pública convocada para 12 de novembro, antes da greve de médicos de 23, 24 e 25 do mesmo mês. Segundo a Federação Nacional dos Médicos (FNAM), “o investimento anunciado continua a ser insuficiente, não existindo uma política de valorização dos seus recursos humanos, apesar das medidas e ações de propaganda que têm sido anunciadas”.

O respeito rigoroso pela periodicidade dos concursos de habilitação da carreira médica e a previsão em acordo coletivo de trabalho (ACT) do direito a dois dias de descanso semanal e ao descanso compensatório” são

algumas das reivindicações. Outras medidas prendem-se com “o redimensionamento da lista de utentes dos médicos de família, a implementação do Suplemento de Autoridade de Saúde e a uniformização do regime de disponibilidade permanente”.

Já os enfermeiros fazem greve a 3 e 4 de novembro, uma paralisação decidida numa reunião que juntou sete sindicatos desta classe profissional. Na base da decisão de avançar com esta greve está a “ausência total de diálogo por parte do Ministério da Saúde em querer ouvir as reivindicações” destes profissionais do SNS, adiantou à Lusa o presidente do Sindicato dos Enfermeiros, Pedro Costa.

## BRAGA

# Associações debatem deficiência

Teve lugar em Braga, no Complexo Desportivo dos Serviços de Acção Social da Universidade do Minho, o 27.º Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência, sob o lema “Urgente: Inclusão Plena”. Com aproximadamente 280 participantes, esta iniciativa organizada pela Confederação Nacional das Organizações de Pessoas com Deficiência (CNOD) debateu as questões que afetam as pessoas com deficiência e as suas organizações.

O presidente desta estrutura, José Cabaço dos Reis, apelou à unidade do movimento associativo e ao combate à discriminação. Com o Orçamento do Estado para 2022 e a possibilidade de uma crise política em cima da mesa, os participantes exigiram a aplicação efetiva da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência e relembraram a importância de mais e melhor formação profissional para esta camada da população.

Um maior acompanhamento do emprego para a sua efetivação e uma revisão dos critérios de atribuição da Prestação Social de Inclusão, nomeadamente em relação ao limite de acumulação com rendimentos do trabalho e ao limite dos 55 anos fazem também parte das conclusões do encontro. Os muitos representantes do movimento associativo de pessoas com deficiência voltaram a apontar o dedo à falta de cumprimento da lei das acessibilidades e a exigir a revisão da idade da reforma.

Entre o público, a representação do grupo parlamentar do PS pôde ainda ouvir propostas para efetivar a autonomização das pessoas com deficiência. PCP, BE e PAN marcaram também presença no encontro ao lado de delegações do MDM, ASPP/PSP, SPN, CGTP-IN e Fenprof.

## A VOZ dos livros



### Nos 80 anos da publicação de *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes

O aparecimento de *Esteiros*, em 1941, de Soeiro Pereira Gomes (cumpram-se este ano 80 anos da sua publicação), numa edição que exhibia a belíssima e expressiva capa desenhada por Álvaro Cunhal, vem aprofundar o caminho de descoberta e denúncia social, iniciado com *Gaibéus*, de Redol, incidindo a obra de Soeiro e a sua especulação político-social sobre os universos da exploração do trabalho infantil, cujas coordenadas mais abjectas escapavam às consciências burguesas e a grande parte da intelectualidade urbana.

Soeiro introduz no discurso literário deste exemplar romance, dados sociológicos novos, uma linguagem sensível e arguta que mergulha fundo nesse nicho de desprezível exploração, dado que exercida sobre os mais indefesos elementos da base social, levando o leitor a tomar consciência dessa realidade, da vida agreste desse núcleo sobre o qual a usura do capital exercia toda a sua inumana brutalidade.

Essas vulneráveis ilhas humanas, ainda não inscritas no corpo diagético do neo-realismo: o mundo da infância e da pré-adolescência, da miséria que invade, desde o berço, esse território que queríamos de descoberta e construção do ser, invadido de forma violenta pela ganância que vai destruindo sonhos, capacidades, modos outros de crescimento e realização pessoal e colectiva; um mundo do desenrasca, da luta quotidiana por um naco de pão para enganar a maligna, do trabalho escravo nos telhais, da rebeldia, da ternura, do companheirismo, da aventura e da transgressão – esse universo épico, que o verbo dorido e sensitivo de Soeiro Pereira Gomes trata e percorre com objectividade e plena maturidade formal; a expressiva utilização do linguajar das gentes da beira Tejo, doseando de modo exemplar o drama e o jocoso popular com a agudeza de análise das contradições da burguesia, o gradual cinismo que os títeres em presença estabelecem entre si, para melhor definirem os campos e o espaço que lhes cabe na refrega da cupidez.

Soeiro cria, com *Esteiros*, um fresco denunciador da sordidez que o fascismo luso exibiu nas suas invisíveis margens, na análise que constrói, ancorado nos traços significativos da matéria social e histórica que dominava a Europa – o feroz capitalismo unguído no terror –, no modo como elabora, a partir das personagens principais (Gineto, Gaitinhas, Maquineta, Sagui) a representação realista e modelar desse período, das circunstâncias atípicas em que a sua acção (partindo do particular para o colectivo) nele se desenvolve, marcando as componentes teóricas que condicionaram o desenvolvimento do país nessa fase histórica (1930/40).

Um romance a vários títulos exemplar e actual. A ler ou a reler.

**Domingos Lobo**



## ECONOMIA



Para além das várias lutas setoriais, central sindical marca manifestação nacional.

## Trabalhadores saem à rua para exigir justiça social

A CGTP convocou uma manifestação nacional a realizar em Lisboa, em 20 de novembro, pelo aumento geral dos salários, a erradicação da precariedade, a redução do horário de trabalho e em defesa da contratação coletiva. A decisão foi tomada pelo Conselho Nacional que teve em conta “o crescendo das lutas em todos os setores e a urgência de dar respostas aos problemas dos trabalhadores e do país”.

“Este será um momento de grande importância, em que os trabalhadores de todos os setores de actividade trarão à rua as suas reivindicações concretas, em luta pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, exigindo a valorização do trabalho e dos trabalhadores e uma política que garanta um futuro melhor num país desenvolvido que dignifique quem trabalha e produz a riqueza”, considerou o Conselho Nacional na resolução aprovada.

A CGTP-IN decidiu ainda “mobilizar toda a estrutura sindical para aprofundar a ação sindical e a intervenção nas empresas, locais de trabalho e serviços, defendendo os direitos e promovendo a intensificação da luta em torno das reivindicações concretas dos trabalhadores”.

O aumento geral dos salários, a valorização das carreiras e profissões e o aumento do salário mínimo nacional serão os eixos centrais dessa luta, que convergirá na manifestação que vai acontecer no fim deste mês.

Para a principal central sindical nacional, vivem-se momentos marcados pelo “aumento das desigualdades, em que a precariedade e os baixos salários degradam as condições de vida dos trabalhadores e hipotecam o futuro”. Segundo as estruturas sindicais, os patrões mantêm uma “linha de aproveitamento da

epidemia e procuram levar mais longe a exploração dos trabalhadores, desregulando horários, atropelando direitos, promovendo despedimentos e destruindo milhares de postos de trabalho, ao mesmo tempo que tenta limitar a ação e a intervenção sindical”.

Isto acontece, de acordo com o documento, porque “os mecanismos à sua disposição mantêm-se inalterados pelo governo, que, mais uma vez, opta por não resolver os problemas estruturais há muito identificados, aprofundados por uma legislação laboral que agride os trabalhadores, seja pelas normas que permitem e fomentam a precariedade, a desregulação dos horários de trabalho, a facilitação e o embaraçamento dos despedimentos, seja pela manutenção da caducidade da contratação coletiva”.

A CGTP-IN defende que o caminho empreendido pela Assembleia da República devia ser o aumento geral dos salários em 90 euros e a fixação do salário mínimo em 850 euros, proposta, entretanto, rejeitada pelo PS. Entre outras propostas, a central sindical reivindica a valorização das carreiras e profissões, o aumento real das pensões, a erradicação da precariedade, a revogação das normas gravosas da legislação laboral, nomeadamente a caducidade da contratação coletiva e a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.

### CGTP-IN aponta dedo ao governo

Na reunião do Conselho Nacional da central sindical que aprovou a resolução que marcou o protesto nacional para dia 20, os dirigentes sindicais justificaram a ausência de respostas com as opções do governo liderado por António Costa. “Os constrangimentos da União Europeia e do euro” e “os interesses das grandes empresas e dos grandes grupos económicos” aparecem como as principais razões.

O documento que foi tornado público ainda antes do chumbo do Orçamento do Estado para 2022 refere que no contexto económico em que se prevê um crescimento da economia de 5,5% são anunciados importantes investimentos e que, nesse sentido, era fundamental que fosse assumido, no Orçamento, e além dele, “a valorização do trabalho e dos trabalhadores, a promoção de serviços públicos de qualidade, o aumento real das pensões e o financiamento do Estado através de uma tributação que, garantindo mais recursos, incida sobre os rendimentos do capital, desonerando os rendimentos do trabalho”.

### Nas ruas por melhores condições de vida

Ao longo das últimas semanas, sucedem-se os protestos em diferentes setores. As formas de luta são diversas e os trabalhadores assumem a defesa das suas reivindicações, sobretudo em torno do aumento dos salários e pela defesa e aplicação dos direitos. Segundo a CGTP-IN, os trabalhadores estão “conscientes do combate que é preciso travar para garantir um país desenvolvido, soberano, de progresso e justiça social”.

Dos transportes ao comércio, da indústria à hotelaria e da restauração ao turismo os protestos acumulam-se. Nos têxteis, comunicação, banca, serviços, também nas pescas e na agricultura, e nos serviços públicos, são inúmeras as empresas em luta.

A CGTP-In destaca a importância da greve nacional dos trabalhadores da Administração Pública marcada para 12 de novembro pela Frente Comum.



## EUROPA



Destruição provocada por fascistas dentro da sede da central sindical CGIL

# Violência da extrema-direita na europa

Os ataques recentes da extrema-direita em Itália e na Grécia, bem como a sua ascensão por toda a Europa e não só, são o reflexo do falhanço daquela que nos é apresentada como a única possibilidade de organização social e política.

Ricardo Meireles Santos

## A porta escancarada aos filhos do neoliberalismo

Dez de Outubro de 2021, em Roma, militantes de extrema-direita e anti-vacinas saem à rua para contestar medidas propostas pelo governo, relacionadas com a criação de um certificado de vacinação semelhante ao que temos hoje em Portugal, que governo italiano pretende alargar como obrigatório para todos os trabalhadores. A reboque, os manifestantes invadiram e atacaram a sede da Confederação Geral Italiana do Trabalho, central sindical que representa mais de 5,5 milhões de trabalhadores. Na Grécia, no final de setembro, neonazis atacaram militantes de esquerda que distribuíam propaganda à porta de uma escola, em Salónica. Um escalar de violência que deverá acentuar-se nos próximos tempos.

## O papel da UE na normalização da extrema-direita

A tenebrosa resolução aprovada pelo Parlamento Europeu, a 19 de setembro de 2019, que equipara nazismo e comunismo, ironicamente no ano que marcava o 80.º aniversário do deflagrar a II Guer-

ra Mundial, é hoje utilizada como arma de arremesso político para acentuar o preconceito anticomunista e aligeirar a extrema-direita em toda a UE. Por curiosidade, os eurodeputados portugueses do PS, PSD, CDS e PAN votaram favoravelmente essa resolução. A UE, com a Alemanha à cabeça sendo a sua potência hegemónica, tem a particularidade de ser um projeto político de dominação económica e vice-versa. A sua estrutura, que procura centralizar em Bruxelas as decisões sobre o espaço da UE, é incapaz de dar resposta aos problemas estruturais de cada país e, mais grave, vai avançando a passos certos numa cedência de soberania cada vez maior por parte dos povos.

## Soberania a cargo dos burocratas

A necessidade de submeter diplomas estruturantes da organização política e social de cada país aos gabinetes de Bruxelas, constitui um atentado à liberdade dos povos da UE. Cada um, com as suas especificidades, está impedido de decidir sobre os seus destinos, a sua realidade e as suas necessidades. O cutelo de Bruxelas está pronto para decidir o que é ou não aceitável. Este distanciamento cada vez maior entre eleitores e decisores tem dois efeitos nefastos: primeiro, dá rédea livre aos neoliberais das instituições eu-

ropeias para aprofundarem a sua política neoliberal de degradação dos serviços públicos com vista à sua privatização, precariedade, baixos salários, aumento da idade da reforma e inação no combate aos *offshores*, etc; segundo, quando estas medidas são caucionadas por partidos que se identificam como sendo de esquerda, temos a tempestade perfeita.

## A urgência do combate político

Combater a extrema-direita, politicamente, não necessita de grande ciência. Basta que a esquerda implemente políticas de esquerda, que não se deixe capturar pelos interesses instalados da social-democracia, sob as suas diversas capas, de partidos que se dizem socialistas até alegados ecologistas. É também – mas não só – a falta de resposta aos problemas quotidianos daqueles que afirmam representar a esquerda, que dá argumentos à extrema-direita. Não é credível que um verdadeiro governo de esquerda mantenha, por exemplo, salários que não permitem a um trabalhador sair da pobreza. Ou que se recuse a atuar perante o aumento dos custos da energia e dos combustíveis, quando se aproxima o Inverno, a época do ano em que estes custos mais se acentuarão e serão sentidos nos bolsos da população.

## Não há neutralidade no espaço

Ao contrário do que sucede com a direita e extrema-direita, não é fácil a membros de partidos de esquerda, principalmente aqueles que assumem, frontalmente, a necessidade imperativa de transformar a sociedade e não a atitude reformista de humanizar o capitalismo, como se fosse possível retirar-lhe a sua natureza predatória e autofágica. Restariam, assim as redes sociais e canais de mensagens. Porém, um estudo recente da própria rede social Twitter reconhece que o seu algoritmo favorece *tweets* de contas associadas à direita. O Facebook continua com um problema, que se recusa a resolver, de permissão de publicações de desinformação que se recusa a controlar. Os canais de mensagens, então, são pasto para uma extrema-direita que não é nova, que se alimenta do sistema, pretende aprofundá-lo, mas reclama contra ele. De fato e gravata, respeitosos e polidos comentadores com tempo de antena nas rádios, canais de tv e demais projetos de media debitam todos as mesmas coisas com tons de voz diferentes. A falta de autocritica de jornalistas, essencialmente, sobre o avanço a extrema-direita e o seu contributo para ele é, também, um sintoma de como uma parte da classe se vai acomodando. Para haver jornalismo, tem de haver espaço, tempo e meios. Se alguns há que vivem bem assim, porque nunca viveram de outra forma, outros há que merecem mais. Muito mais.

## O fascismo combate-se nas ruas

Com a pandemia, os principais espaços de interação social transferiram-se para uma série interminável de zeros e uns que ganham vida nos nossos telemóveis e computadores. Só pelo que nos impediu de viver em conjunto, a Covid-19 fez-nos recuar vários anos. Mais sozinhos, menos confiantes e com um filtro cada vez mais difícil para discernir o que nos passa pelos olhos, é necessário que, com o abrandamento da doença, voltemos às ruas e ganhemos esse espaço público, o que ainda o é, mobilizando e esclarecendo todos à nossa volta. Organizados, unidos e pronto para responder à altura dos desafios que o futuro nos reserva, sem receios e com a confiança de que é lado a lado que a extrema-direita será, mais uma vez, derrotada. Rompendo com a postura da UE, valorizando, conhecendo e esclarecendo todos, porta a porta, rua a rua, empresa a empresa, escola a escola, universidade a universidade. Demonstrando que podemos e vamos recuperar o espaço que a pandemia roubou e que está a ser ocupado por saudosistas que hoje, como sempre, serão colocados no caixote do lixo da História.



## MÚSICA

# Georges Brassens: um labirinto de canções para quem se quer encontrar

**Vanessa Borges**, cantautora, membro de *La Mauvaise Reputacion - tributo a Georges Brassens*

Em Outubro passaram 100 anos do nascimento de Brassens. Viveu apenas seis décadas e morreu também num mês de Outubro. Nascer e morrer em datas redondas é uma coincidência harmoniosa, uma ordem que se encontra numa fantástica e tumultuosa vida, espelho das suas composições.

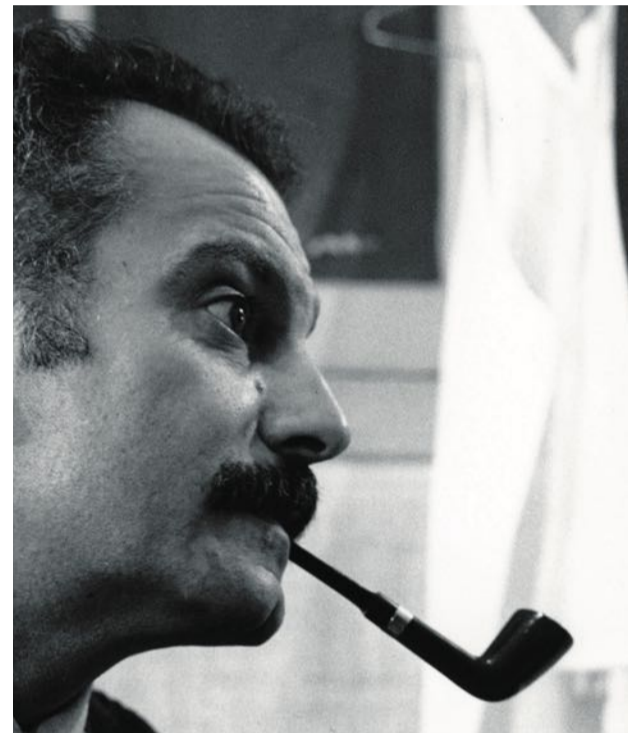
Do panteão dos cantores franceses do século XX não será dos mais conhecidos em Portugal. Os seus temas não seriam dos mais apelativos para a rádio. A beleza da musicalidade de Brassens não advém de intrincados arranjos, mas da forma como a palavra se torna música e como a música serve a palavra. O ponto onde se encontra a ideia com o tempo da valsa, o momento em que as sílabas se encaixam na marcha a galope, é onde temos a certeza de estar perante um artista genial.

Depois de ouvir, lê-lo é novamente uma experiência intensa. Mesmo para quem domine a língua francesa, é um trabalho árduo entender cada subtil vocábulo, cada liberdade dialetal. Interpretar os seus quadros alegóricos é igualmente desafiante e estimulante. As histórias de cada canção dão uma vida vibrante aos protagonistas, sejam mais festivas ou melancólicas. *Les copains d'abord* é um hino à amizade e camaradagem; *Chanson pour l'Auvergnat*, uma valsa a escutar com lenço à mão, apresenta três personagens generosas a quem se manifesta uma sentida gratidão. Muitas vezes, uma pequena situação anedótica desdobra-se numa transposição para abordagem de questões políticas, como em *Le Gorille*, que parece ser sobre um animal que saiu da jaula e pro-

cura um humano para copular, mas que na verdade possui uma forte mensagem contra a pena capital.

Brassens é reconhecido por esta crítica social com que impregnou alguns dos seus temas, assim como pela forma como se posicionava, ainda que de forma fluida, na política – antes das canções, escrevia regularmente para publicações anarquistas. Mas mais que letras panfletárias, o que escutamos – ora evidente, ora subtil – é um retrato, um olhar comprometido com a humanidade. No tema *La complainte des filles de joie*, Brassens apresenta-nos a realidade da prostituição sem romantismos ou vitimizações, exortando ao respeito pelas mulheres prostituídas. E da mesma forma que toma partido pelos mais vulneráveis, também não deixa de afirmar o seu direito a não querer lidar selectivamente com a realidade: “Não faço mal a ninguém ao seguir o meu caminho de bom rapaz, ao ignorar o som dos clarins, ao deixar correr os ladrões de maçãs”, como ouvimos em *La Mauvaise Réputation*. A liberdade de pensar, escrever e sentir será talvez o legado mais significativo da sua obra. Quando se apresentava ao vivo, chocava com as suas letras um público conservador. Era capaz de descrever, por exemplo, como em *Fernande*, a forma como se masturbava. Alternou entre o erótico e o satírico, o cómico, o pornográfico, o romântico e o militante como só quem tem uma sede de viver e uma honestidade para com quem lhe bebe as palavras é capaz. Quem assim escreve tem, em última análise, um profundo amor pela vida em todas as suas dimensões.

Amor, um ingrediente nem sempre principal mas com que sempre temperava as canções. O amor em Brassens continua a ser exemplo – quer-se livre, sem as amarras do casamento como em *La non-demande en mariage*, sem as expectativas dos papéis da sociedade – *Je*



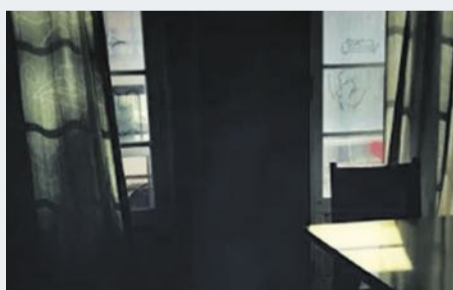
Cantor nasceu a 22 de outubro de 1921.

*me suis fait tout petit* é um deleite para os entusiastas de BDSM. O amor pode querer-se também efémero como em *Putain de toi*, platónico como em *Les passantes* ou só apenas como uma lembrança do que podia ter sido como em *Cupidon s'en fout*.

Ouvir Brassens é mergulhar em palavras que a cada ano que passa, ganham novas leituras. Escrever como Brassens (ou algo assim, como alguns de nós por vezes sonham), é um acto de coragem e resistência.

## Sugestões culturais

**Lisboa Cliché**  
Daniel Blaufuks



O novo livro do artista visual recorda uma Lisboa em parte desaparecida, que iniciou um movimento de cosmopolização no final dos anos 80. A Lisboa das tascas, do arranque da vida nocturna no Bairro Alto, das bandas rock portuguesas, dos encontros e desencontros na era das cabines telefónicas, do grande incêndio no Chiado, das primeiras reconstruções urbanas preservando cirurgicamente as fachadas.

**Arquitetura & Jogo**  
Garagem Sul - CCB



Esta é uma exposição a propósito de brincadeira e imaginação, de experiências construídas e narrativas mitológicas. Centra-se na ideia de «Criação de Mundos» e aproxima duas personagens: o arquiteto e a criança. Os jogos infantis sempre foram um terreno fértil para a invenção de «Mundos». Do mesmo modo, os arquitetos também imaginam novos «Mundos».

**O avô tem uma borracha na cabeça**  
Baobá Livraria



Esta exposição de ilustração procura responder a uma difícil pergunta: o que fazer quando alguém de quem gostamos começa a esquecer quem somos? Rui Zink e Paula Delecave tentaram, num livro que agora se transforma em exposição. Os leitores-observadores podem viajar por afetos e memórias, através de colagens e fotografias de Lisboa antiga e do arquivo familiar da ilustradora.

**A Família Humana**  
Museu do Neo-Realismo



Esta exposição dá a conhecer a nova coleção internacional de fotografia do museu vilafranquense, centrada no período 1930-60. Esta coleção foi formada com o contributo de Jorge Calado, curador e colecionador, e conta com cerca de 375 fotografias de mais de 175 artistas de 25 nacionalidades, que fotografaram em 60 países dos 5 continentes. Estará patente até 29 de maio de 2022.



## PALESTINA



A cultura da oliveira constitui um eixo estruturante da condição de vida das populações na Palestina.

# Na Palestina, no Outono, é a terra que resiste

Carlos Almeida

Na Palestina, o Outono deveria ser um tempo de festa. Entre Outubro e Novembro, as famílias reúnem os mais jovens e os mais idosos, e espalham-se pelos campos entre o nascer e o pôr do sol, na colheita da azeitona. É uma época de celebração da vida, da fertilidade, de comunhão com a terra milenar, de partilha e fraternidade. Deveriam ser de festa e, ainda assim, estes são dias de uma desabrida violência e crueldade, tantas vezes de dor lancinante, ainda mais insuportável quanto sofrida sob um denso silenciamento. Os holofotes da comunicação social sempre lesto a agitar o espantoso do “terrorismo”, sempre prontos a fazer eco das acções de resistência de jovens palestinos embrulhando-as na retórica dos “confrontos” e do “conflito”, ignoram por sistema o sobressalto que se vive por estes dias na generalidade das aldeias e nas comunidades rurais na Palestina.

Al-Mazraa al-Garbieh é uma pequena aldeia no eixo central da Margem Ocidental do rio Jordão, escassos 7 quilómetros a norte de Ramallah. Os primeiros registos da sua existência datam do séc. XVI, quando esta região estava integrada no Império Otomano e as famílias ali residentes, cerca de 8, pagavam um tributo correspondente à terra que cultivavam. No final do séc. XIX, a aldeia tinha crescido e era descrita, num inventário levado a cabo por uma sociedade inglesa, como “uma aldeia de boas proporções situada em terras baixas no meio de oliveiras”.

Em 1945, nas vésperas da criação do estado de Israel e da limpeza étnica de parte da Palestina que se lhe seguiu, al-Garbieh teria uma população calculada em 860 pessoas, todas palestinas e muçulmanas, e dedicadas sobretudo à agricultura. Depois da divisão da Palestina a aldeia foi administrada pela Jordânia até 1967, altura

em que foi submetida à ocupação israelita tal como toda a Palestina. De acordo com os acordos de Oslo, as suas terras foram repartidas entre a zona B – controle de segurança israelita e governo civil da Autoridade Palestina – e a zona C – controle total de Israel –, respectivamente 54,2 e 45,8 por cento. Desde então a aldeia haveria de ser agregada a outras povoações nas cercanias, tomando, não por acaso o nome de Al-Zaitounah, “a oliveira”.

A cultura da oliveira constitui um eixo estruturante da condição de vida das populações na Palestina. A exportação de azeite da Palestina está documentada desde a Antiguidade. Metade do território da Palestina está ocupado por oliveiras que produzirão mais de 25 mil toneladas de azeitona e que dão sustento directo a mais de 100 mil pessoas, correspondendo a um quarto do rendimento agrícola. Além do seu valor económico, as oliveiras são símbolo e testemunho dos vínculos milenares que ligam o povo palestino à sua terra. A oliveira mais antiga registada em todo o mundo está na Palestina, na aldeia de Al-Walaja, em Belém. Tem cerca de 5 mil anos, mede 13 metros de altura, ocupa uma área de 250 metros quadrados e as suas raízes estendem-se por 25 metros.

Já neste século e desde a sua segunda década, a expansão e contínua construção de colonatos por parte de Israel no território palestino ilegalmente ocupado desde 1967 atingiu com particular violência a aldeia de al-Garbieh. Primeiro de maneira precária e informal, caucionados depois pela administração militar israelita que governa os territórios palestinos, mas sempre com a protecção do exército israelita, grupos de colonos foram-se instalando na região, um após o outro, dando origem ao que são hoje os colonatos de Haresha, Kerem Reim e Horesh Yaron. Em conexão com o estabelecimento dos colonatos, a estrada nº 450 que serpenteia pelo território palestino ocupado, ligando os colonatos

entre si e estes com o território ocupado pela criação do estado de Israel em 1948 e onde apenas os colonos são autorizados a circular, constitui um obstáculo adicional ao acesso da população de Al-Zaitounah às suas oliveiras e campos de cultivo.

Para poderem cultivar as suas próprias terras – separadas das aldeias por uma malha de muitas centenas de postos de controle do exército israelita, além das barreiras físicas como os colonatos e as vias onde apenas circulam colonos – os camponeses palestinos são sujeitos a um sem número de autorizações concedidas pelas autoridades militares de Israel, tão humilhantes quanto limitadoras. Essas licenças têm uma duração de dois anos, mas, em qualquer momento, podem ser suspensas. Durante o período das colheitas, o acesso às oliveiras e campos de cultivo pode ser concedido, durante algumas horas ou escassos dias, mas de igual modo pode ser impedido por nenhuma razão além da discricionariedade momentânea de uma qualquer patrulha do exército de Israel. Segundo dados das Nações Unidas, na colheita de 2020, por comparação com o ano anterior, verificou-se um decréscimo de mais de 60 por cento nas licenças de acesso concedidas. Também por essa razão, a colheita do ano transacto foi anormalmente baixa, cerca de 13 toneladas de azeitona, menos 55 por cento que em 2019.

Mas além da arbitrariedade do exército israelita, a população de todas as aldeias na Palestina ocupada em 1967 tem que confrontar-se com uma outra ameaça, tão ou mais brutal que aquela. No passado dia 21 de Outubro, quinta-feira, quando alcançaram os seus campos para a colheita da azeitona, os camponeses de al-Garbieh deparam-se com uma paisagem desoladora: mais de trezentas oliveiras tinham sido arrancadas ou mutiladas. Em duas semanas apenas, este foi apenas um dos dezoito ataques de colonos contra as comunidades camponesas da Palestina visando em particular as oliveiras e a sua produção. Durante a campanha de 2020, em quatro semanas (de 7 de Outubro a 2 de Novembro), as Nações Unidas registaram um total de 39 ataques que provocaram dezenas de feridos, a mutilação de mais de 1000 oliveiras e o roubo de largas quantidades de azeitona. Mas vista em perspectiva, a crescente agressividade das milícias dos colonos fica ainda mais evidente. Como o jornal Haaretz divulgou no início de Outubro, durante o ano de 2019 registaram-se 363 ataques contra os campos de cultivo e as aldeias palestinas. Esse número subiu para 507 durante o ano de 2020 e, só durante a primeira metade do ano corrente, esse número já totaliza 416 com um saldo de 33 feridos. Em todos os episódios de violência reportados, os colonos contaram com a passividade do exército israelita, quando não com a sua protecção e colaboração. Segundo dados da Cruz Vermelha Internacional, entre Agosto de 2020 e Agosto de 2021, foram destruídas mais de 9300 oliveiras.

Por isso, por estes dias, entre as comunidades camponesas da Palestina, o tempo é de sobressalto e de resistência também, mais que nunca. Os apedrejamentos e ameaças físicas das milícias dos colonatos, armadas e protegidas pelo exército, o roubo das colheitas, a mutilação das árvores são ameaças constantes. Visam incutir o medo, destruir as bases de sobrevivência económica da população palestina, provocar o êxodo, romper os vínculos milenares com a terra. Em direito internacional, estas acções, patrocinadas pelo estado de Israel, têm um nome: genocídio. São merecedoras de condenação veemente e devem suscitar uma solidariedade consequente. Esse é o de ver de todos os homens e mulheres de boa vontade.